

PROJETO DE LEI Nº 699/2022¹

1. Síntese da Matéria:

O Projeto de Lei nº 699, de 2022, tem como objetivo atualizar monetariamente o valor mensal do vale-cultura. Além disso, pretende reinstituir, com efeitos retroativos, até o exercício de 2026, benefício fiscal concedido a empresas que paguem a seus empregados o referido vale. Para isso, são alterados dois artigos da Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012. O art. 8º recebe nova redação para corrigir o valor do vale-cultura de R\$50,00 para R\$80,00. Já o art. 10 é alterado para prorrogar o benefício fiscal supracitado.

A matéria foi distribuída às Comissões de Cultura - CCULT; Finanças e Tributação - CFT (Mérito e art. 54, RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (art. 54 RICD), em regime de tramitação ordinário com apreciação conclusiva. Na CCULT a proposição recebeu parecer favorável, sem alterações. A matéria vem à CFT para receber parecer de mérito e adequação financeira e orçamentária, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

2. Análise Orçamentária e Financeira:

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação far-se-á por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e, como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

As disposições do projeto tratam de ampliar o valor do vale-cultura, de R\$ 50,00 para R\$ 80,00 reais, ao mesmo tempo em que estendem, de 2017 para 2026, o prazo durante o qual é permitida, além de sua dedução do valor devido de imposto de renda da pessoa jurídica que tenha sido apurado com base no lucro real, também a sua dedução como despesa operacional na apuração do lucro real se a pessoa jurídica for inscrita como beneficiária no Programa de Cultura do Trabalhador.

Nesses casos, a análise de adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da matéria deve observar as disposições aplicáveis às medidas que acarretam renúncia de receita, contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 – LDO/2022 (Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021).

Observa-se, assim, que a proposta não atende aos requisitos exigidos pelas

¹ Solicitação de Trabalho 1275/2022 da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação para atender ao disposto no art. 10-A da Norma Interna da CFT.

referidas normas fiscais, pois não apresenta estimativa da renúncia de receitas federais que acarreta e nem oferece medidas compensatórias que a tornem fiscalmente neutra para a União. Destarte, sob o ponto de vista formal, o Projeto de Lei nº 699, de 2022, não pode ser considerado adequado e compatível sob a ótica mais restrita da análise orçamentária e financeira, ficando prejudicado o seu exame quanto ao mérito nesta Comissão de Finanças e Tributação, conforme determina a NI/CFT

3. Dispositivos Infringidos:

Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) e arts. 124 e 125 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 – LDO/2022 (Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021).

4. Resumo:

Portanto, opinamos pela inadequação e incompatibilidade financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 699, de 2022, ficando, assim, prejudicada sua respectiva apreciação quanto ao mérito.

Brasília, 29 de novembro de 2022.

Mauro Antonio Órrego da Costa e Silva
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira